

LUTA SOCIAL



Publicação de circulação nacional da Coordenação Anarquista Brasileira

Ano 1 - Julho 2017 - Número 2

www.vermelhoenegro.net

www.facebook.com/cabespecificista

cab.br@riseup.net



GREVE GERAL PARA DERROTAR A RETIRADA DE DIREITOS! RUMO AO PODER POPULAR!

Da primeira grande greve geral até 2017, passaram 100 anos. Durante todo esse percurso, Estado e patrões nunca engoliram a diminuição de sua taxa de lucro pela conquista dos direitos sociais. A ascensão de Temer e toda sua corja golpista (com a chancela do PT/PCdoB e as entidades sindicais pelegas e burocratizadas) significou um golpe nesses direitos adquiridos com muita luta e luto por milhares de companheiras e companheiros presos e tombados.

O campo utilizado para a eliminação desses direitos foi exatamente aquele no qual a classe oprimida, historicamente, sempre foi derrotada, a saber: o parlamento burguês e o judiciário. Basta observarmos por qual via estão “reformando” a Previdência, liberando o trabalho terceirizado e criminalizando os movimentos sociais.

CEM ANOS DEPOIS, UM APRENDIZADO DEVE FICAR NA MEMÓRIA DO POVO EM LUTA: NOSSOS DIREITOS FORAM CONQUISTADOS EM OUTRA ARENA; FOI NAS RUAS, NOS CAMPOS, NAS FÁBRICAS E NAS LAVOURAS QUE NOSSA CLASSE PARTIU PARA OFENSIVA E DERROTOU A BURGUESIA E O ESTADO ARRANCANDO SEUS DIREITOS.

(continua pg2)

100 anos da greve anarquista
Memória da luta do sindicalismo revolucionário que conquistou primeiros direitos trabalhistas no país. pg 4

Luta e repressão no campo
Compilado dos últimos ataques feitos contra lutadores no campo. pg 6

Como um sindicato aparelhado se mantém no poder?
Nota sobre as últimas eleições da Apeoesp. pg 3

Coluna sobre cinema
Documentário Martírio, de Vincente Carrelí retrata 30 anos luta dos Guarani Kaiowa. pg 8

Permacultura na periferia
Horta di Gueto é um movimento que atua com conscientização ambiental através de autogestão. Conheça do trabalho. pg 8

Para isso, um instrumento foi central e determinante: a ação direta.

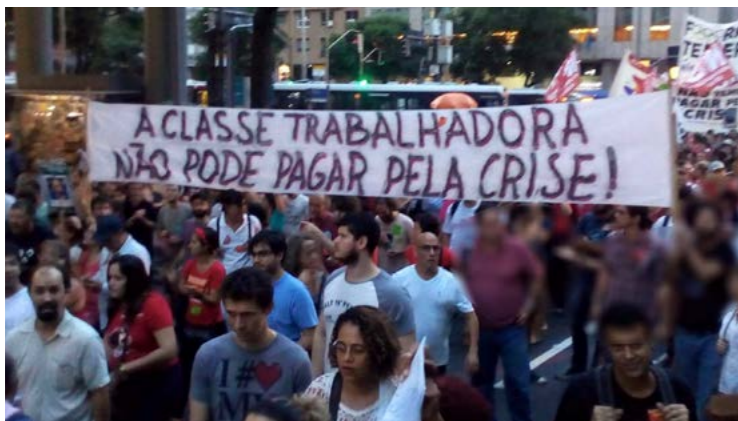
Seja fazendo greves, ocupando terras, fechando rodovias. Foi parando a circulação do dinheiro dos capitalistas que se abriram os caminhos para os direitos dos trabalhadores. É isso que devemos apontar quando nos oferecem as eleições diretas como alternativa. É preciso jogar uma pá de cal e enterrar de vez a democracia representativa.



Os últimos acontecimentos da Operação Lava Jato ligaram a cúpula do PMDB e do PSDB, através do golpista Michel Temer e do presidente dos tucanos Aécio Neves (Senador da República), ao esquema de propinas da JBS – a maior indústria de proteína processada do mundo. Instalou-se um clima de queda iminente de Temer e rapidamente a república se viu discutindo os processos de transição pós-governo golpista. De um lado, a burguesia, procurando se repactuar, aponta uma saída por dentro das instituições do Estado através de uma eleição indireta via Congresso Nacional para dar continuidade aos ajustes fiscais e às reformas antipopulares, garantindo, com isso, a continuidade da acumulação ampliada de seu capital. Por outro lado, a esquerda eleitoreira e oportunista joga peso numa provável eleição direta para o legislativo e o executivo. Aposta todas as fichas numa possível vitória da frente popular. O mais do mesmo da democracia representativa.

Existe uma terceira margem neste grande rio da conjuntura brasileira?

Acreditamos que sim. E ele deve unir o conjunto da esquerda combativa e revolucionária em torno de uma unidade pela ação direta das massas. Provocar um acúmulo de forças pela greve geral. Uma greve construída desde a base buscando a horizontalidade em sua construção.



Só assim poderemos derrotar este governo do capital e os reformistas que lhe dão sustentação. Só cruzar os braços também não basta. É preciso construir um ambiente de participação ocupando as fábricas e os campos. Desenvolver uma mística e uma metodologia capaz de tomar o processo produtivo radicalizando a autogestão econômica. Por outro lado, é preciso aumentar o descrédito dos políticos profissionais potencializando os canais de participação política direta para nosso povo. Fazer

entender através de nossa ação que a participação política não se dá de quatro em quatro anos. É sim na ação cotidiana que organizamos nossa classe.

NOTA

COMO UM SINDICATO APARELHADO E BUROCRATIZADO NO SE MANTÉM PODER?

São Paulo, 25 de maio. Eleições para Direção, Conselho Estadual e Conselhos Regionais da Apeesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Há pelo menos três décadas no poder e em meio a críticas e generalizada insatisfação da categoria, a gestão da Articulação Sindical foi reeleita, com Maria Izabel Azevedo Noronha (Bebel) — da Chapa 1, composta pela CUT/CTB — na presidência, já em seu 5º mandato desde 1999. Como uma gestão tão criticada se mantém no poder? A resposta, testemunhamos nesta última eleição: através de intimidação e fraude eleitoral.

Exemplos não faltam: manipulação de atas e votos das urnas na subseção Sudeste-Centro; invasão violenta com bate-paus da Chapa 1 em Guarulhos; ameaças físicas a inúmeros mesários, fiscais e candidatos; e escolas de candidatos da oposição que deixaram de receber urnas de votação por conta de veículos de transporte “avariados”, alegados problemas de saúde dos motoristas destes e erros no trajeto — curiosamente, as urnas destinadas às outras escolas não enfrentaram semelhantes contratempos.



Mais uma vez, venceu o modelo de sindicalismo gângster, aparelhado e burocratizado. Venceu com ele, um modelo político eleitoreiro, atrelado ao Estado e defensor da conciliação de classe, em detrimento da independência e do interesse das trabalhadoras e trabalhadores.

Em contraposição a este modelo falido desde seu surgimento, a Resistência Popular Sindical-SP defende a independência de classe e democracia direta de base porque vemos nestas a única via de luta da categoria e da classe trabalhadora por seus legítimos interesses. Para tanto, propomos a descentralização do poder decisório, a organização pelos locais de trabalho, a participação real de delegados sindicais, a rotatividade de delegados, a constante renovação de militantes de base e a regularidade das assembleias e demais instâncias. Ressaltamos, portanto, a necessidade de trazer novamente ao sindicalismo o horizonte de poder popular, de solidariedade e perspectiva classista.

EDITORIAL

Chegamos à segunda edição do *Luta Social* em meio a um período de coincidências e contradições. Há exatos 100 anos atrás, lutadores anarquistas e libertários organizavam uma grande greve geral, que ganhou diversas capitais contra o abuso dos patrões. E nos últimos dias 28 de abril e 30 de junho também foram articuladas greves gerais contra reformas brutais feitas pelo governo ilegítimo e pela classe burguesa contra os trabalhadores. Apesar das coincidências, é impossível não notar as diferenças: há um século atrás ia-se às ruas pela ampliação de direitos e hoje o que fazemos é lutar pela manutenção dos poucos direitos que temos. E o que justifica tanta diferença? Claramente a forma de organização dos trabalhadores! Se no primeiro momento, o horizonte do sindicalismo revolucionário conduzia a organização pela base, de forma igualitária e participativa; já hoje, os sindicatos burocratizados deram todo o poder às direções, decidem tudo por cima e nem conseguem impedir a retirada dos direitos dos trabalhadores -- o que seria o mínimo! Os textos da capa e o texto dedicado à memória da greve geral de 1917 trabalham esses assuntos.

No texto das páginas 4 e 5, tratamos de outro tema de grande importância que corre em nossos tempos: a violência desferida contra lutadores de movimentos sociais do campo. Nessas páginas destacamos um compilado de episódios ocorridos apenas esse ano que faz a denúncia dos ataques de fazendeiros e agentes do Estado e reivindica apoio e atenção a esses movimentos.

Na última página, estreia uma coluna sobre cinema, que traz a indicação do filme *Martírio*, sobre 30 anos de luta e resistência do povo Guarani Kaiowá, e também há um relato sobre trabalho do Horta di Gueto, movimento que atua com permacultura e autogestão em bairros periféricos de Taboão da Serra e São Paulo. Confira! A publicação *Luta Social* é trimestral e todo conteúdo que não é produção da própria *Coordenação Anarquista Brasileira* é assinado pelo grupo colaborador. Mande sua sugestão para: cab.br@riseup.net.

100 ANOS DE GREVE GERAL

No início do século XX e final do século XIX, intensifica-se o processo de industrialização no Brasil, particularmente em São Paulo. Começa a surgir de forma crescente uma classe operária nos grandes centros urbanos. Uma classe formada, em grande parte, por imigrantes (a maioria espanhóis e italianos) que vieram para trabalhar nas colheitas do café, trazendo consigo, além da força de trabalho, experiências de luta e pressupostos classistas. Devido às grandes di-



ficuldades que encontraram no campo (situação de semiescravidão), alguns acabaram se deslocando para os grandes centros urbanos da época e se inserem no meio fabril.

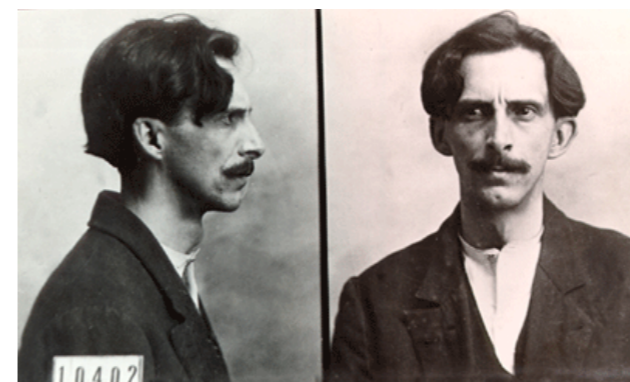
A vida dos trabalhadores e trabalhadoras era bastante precarizada, tendo que, muitas vezes, trabalhar mais de 14h por dia e conviver com toda sorte de exploração e opressão.

Com os imigrantes, vieram ideias e ideais de luta e resistência operária. Os imigrantes junto com os setores populares brasileiros iniciaram

um processo de organização e resistência (que mais tarde irá formar os Sindicatos) para fazer frente a toda situação de extrema exploração em que viviam. Entre as formas de organização e resistência trazidas pelos imigrantes, estavam as ideias anarquistas, bastante difundidas no Brasil daquela época. Uma dessas ideias era a organização de Sindicatos como instância organizativa da classe trabalhadora. A formação dos primeiros Sindicatos era inspirada pelo Sindicalismo Revolucionário que surgia na Europa e começava a ganhar projeção na América Latina. **Abarcando o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras, o Sindicalismo Revolucionário defendia as lutas imediatas aliadas a um projeto de transformação social, prezando por uma sociedade justa, igualitária e livre.** O Congresso Operário de 1906 e a posterior fundação da Confederação Operária Brasileira (COB) são frutos desses esforços.

No início de 1917, um complexo formado pelo aumento do custo de vida, a degradação da condição de trabalho e a crise financeira e especulativa que atingia o Brasil como consequência dos desdobramentos da primeira guerra mundial, fortalecia as movimentações operárias em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul (para citar apenas alguns estados nos quais a movimentação operária ganhava força). Impulsionada pela prática do Sindicalismo Revolucionário, entre os meses de maio e junho, aumento a deflagração de greves nas principais capitais; um número ainda modesto em relação à dimensão que alcançariam. Algumas dessas greves asseguram demandas imediatas, tais como a garantia de aumento de salário. Contudo, mantém-se distante do conjunto das reivindicações que motivavam o movimento paredista.

MEMÓRIA



Entre as principais reivindicações era exigido a regulamentação das horas de trabalho, do trabalho da mulher e dos menores, a reformulação do regime interno das empresas, salários menos reduzidos mediante a suspensão de multas e das contribuições pró-pátria, além de melhora de moradias e transporte. Lutavam pela liberdade de associação, de reivindicação e de protesto e por segurança no trabalho.

Em julho, cresce o número de fábricas em greve, com destaque ao Cotonifício Crespi, que tinha ampliado a jornada de trabalho sem correção salarial. Uma das reivindicações é justamente o aumento salarial, que é negado pela patronal. A fábrica entra em greve e, em seguida, é convocada uma manifestação que foi duramente reprimido pela polícia – como aconteceu com diversos outros movimentos que estavam ocorrendo na cidade. **Como consequência da repressão, no dia 09 de julho de 1917, é assassinado o sapateiro anarquista de origem espanhola, José Martinez. O seu enterro constituiu um ato político de resistência. Comparecem milhares de pessoas que caracterizaram aquele momento como uma manifestação de repúdio à ação do governo, da polícia e dos patrões.**

No mesmo 09 de julho, é criado o Comitê de Defesa Proletária (CDP)¹ para unir as reivindicações de todos os trabalhadores que estavam em greve e estreitar laços de solidariedade. Várias lideranças do movimento fazem parte desse Comitê, como Edgar Leuenroth. Mesmo com algumas reivindicações atendidas, o movimento cresce e a luta se volta para o atendimento da integralidade das demandas, bem como em solidariedade aos que ainda não haviam alcançado êxitos expressivos ou estavam sofrendo perseguição. **Nesse momento, a greve contava com cerca de 45 000 pessoas no movimento paredista.**



O Comitê se nega a negociar diretamente com a patronal e uma comissão formada por órgãos da imprensa é criada para intermediar as negociações. Depois de um longo e duro processo de luta, todas as reivindicações do movimento são aceitas. Ainda que muitas delas tenham sido desrespeitadas nos anos seguintes e com muitos trabalhadores presos e deportados, a primeira Greve Geral do Brasil influenciou vários outros movimentos posteriores; tais como a insurreição operária ocorrida no Rio de Janeiro em 1918 e os movimentos grevistas em larga escala ocorridos na Bahia em 1919, por exemplo.

Os movimentos da época que remetem ao Sindicalismo Revolucionário foram fundamentais para criar uma cultura de participação e organização no proletariado urbano de todo país. Os direitos conquistados por meio de muita luta só se tornaram leis pelo histórico de reivindicações que as antecedeu. Nenhum direito foi concedido, todos foram garantidos através da organização e da luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Frente a atual situação de ataque aos nossos direitos, vivenciada no país, é necessário buscar inspiração na luta daqueles que nos antecederam, portanto: **Organizemos outra greve geral! Cem anos nos separam, mas os ideais permanecem vivos e se fazem atuais através das nossas lutas!**



OS MASSACRES CONTINUAM!

LUTA E REPRESSÃO NO CAMPO

19 de abril de 2017: na semana em que se completam 21 anos de Massacre de Eldorados dos Carajás, no sudeste paraense, nove trabalhadores rurais são assassinados por um grupo conhecido como “os encapuzados”, em Colniza/Mato Grosso – MT. A região é cobiçada há tempos pelos fazendeiros que contratavam capangas para expulsarem as famílias, matar quem encontrasse no caminho e, assim, invadir suas terras.



20 de abril de 2017: Indígenas e entidades de diversas regiões do país reúnem-se na Praça do Compromisso em Brasília-DF, em um ato inter-religioso de memória e homenagem a um lutador que fora tombado há exatamente 20 anos atrás; Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe, originário da Terra Indígena Caramuru Catarina Paraguassu no sul da Bahia. O episódio de crueldade constituiu uma verdadeira atrocidade que apenas um Estado racista e conivente explica e se justifica.

Jovens da classe média brasileira atearam fogo ao seu corpo. Jovens que hoje seguem suas vidas como se nada tivesse acontecido, pois foram sentenciados pela Justiça burguesa Brasileira, “cumpriram sua pena”. E assim a vida segue...menos para Galdino e seus parentes.



30 de abril de 2017: um massacre contra o povo indígena Gamela é perpetrado por jagunços a mando de fazendeiros da região de Viana, MA. O saldo foi dois indígenas com as mãos decapitadas, cinco baleados e 13 feridos a golpe de facão e pauladas. O massacre é parte da reação, já anunciada e denunciada pelo Povo Gamela, dos latifundiários contra a retomada dos territórios tradicionais Gamela na região; incitados

por deputados federais ruralistas da região. Capangas dos fazendeiros se mobilizaram num ataque orquestrado há muito por esses grupos; com todo o aval de um governo dito “socialista”, Flavio Dino do PC do B, que ainda tenta lavar as mãos do episódio e isentar-se da responsabilidade.

24 de maio de 2017: na cidade de Pau D’Arco no Pará, ocorreu o mais recente massacre contra os povos do campo. Uma mulher e nove homens são assassinados com requintes de crueldade. Dessa vez, não se trata de “os encapuzados”, mas da própria Polícia Militar e Civil do Estado. Poucos dias após o ocorrido, o sindicato da Polícia tem a ousadia de convocar um ato público em solidariedade aos policiais envolvidos no massacre! Contudo, engana-se quem acha que isso foi suficiente para fazer as famílias desistirem da luta!



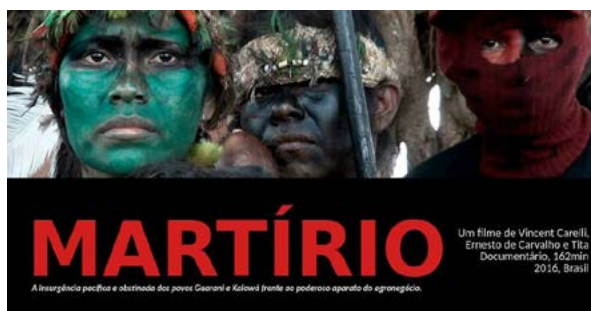
No dia 13 de junho, os/as trabalhadores/as voltam a ocupar o local do Massacre, com inchadas e facões, não se resignam! Não falta coragem para buscar reerguer o que fora destruído, construindo acampamento nas vias da Fazenda Santa Lúcia em Pau D’Arco, na luta pela terra!



Um dia depois, 14 de junho de 2017, atos em Mato Grosso do Sul e Paraná relembram um ano do Massacre de Caarapó-MS. Massacre no qual foi assassinado Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, em uma mega-operação com retroescavadeira e mais de 300 fazendeiros e seus capangas. Na defesa da retomada do Território Guarani-Kaiowá, um companheiro tomba e seu sangue originário é derramado.

Não serão esquecido/as! Nem o Estado perdoado!

É com muita felicidade que estreamos a coluna de cinema do Luta Social! Nesse espaço, iremos comentar filmes de diferentes gêneros e épocas, que lancem o olhar de cinema a temas e assuntos que nos são caros.



Para inaugurar essa sessão, a dica é o documentário Martírio (2016, 160 min), dirigido pelo indigenista e cineasta Vincent Carelli, em colaboração com Ernesto Carvalho e Tita. Carelli acompanha de perto a luta dos Guarani Kaiowa há mais de 30 anos, registrando imagens e difundindo o uso do audiovisual em territórios indígenas. O filme, em suas

3 horas de duração, busca dar conta de compreender séculos do processo de genocídio dos Guarani Kaiowá. A narrativa é contruída através de diversas idas e vindas no tempo: dos tempos do Serviço de Proteção ao Índio, passando pela Ditadura Militar e chegando aos tempos atuais- onde o agronegócio declarou guerra a causa indígena-, é possível acompanhar o longo ciclo de ataques do Estado, e a história de luta e resistência de um povo. Existem muitas cenas marcantes, como a que um lutador guarani mostra o local onde estão enterrados diversas pessoas de sua família que tombaram vítimas do latifúndio, além do uso constante de imagens de arquivo que passam por sessões do Senado até filmagens do início do século XX

A seu modo, Martírio dialoga com outros filmes importantes do cinema brasileiro, como Cabra Marcado Pra Morrer (Eduardo Coutinho, 1984), Abolição (Zózimo Bulbul, 1988) e Serras da Desordem (Andrea Tonacci, 2006), por buscar reconstituir parte significativa da história dos oprimidos. Trata-se de uma obra fundamental, pelo seu engajamento e por mostrar a potencia do cinema como expressão e memória de um povo.



O **Horta di Gueto** é um movimento social periférico que atua no município de Taboão da Serra em São Paulo. O objetivo do coletivo é estimular o acesso a informações sobre consumo e produção consciente e de articular projetos de autogestão que levem à prática a execução desses conhecimentos.

Iniciado no ano de 2012, o coletivo organizou-se a partir de reuniões entre amigos que ouviam reggae em praças, e logo passou a realizar oficinas de diferentes temas e cultivar hortas comunitárias, mesmo sem nenhum patrocínio oficial.

Protagonizado por pessoas que vivem a exclusão social da periferia, o Horta di Gueto rompe a visão reinante de que não há solução ao

criar situações onde as pessoas plantam seu alimento com as próprias mãos.

Atualmente o ideal do coletivo é desenvolver educação ambiental para a periferia, com ações de hortas em locais como escolas públicas e casas de cultura, levando a defesa prática da comida sem veneno, em que se tem a consciência da origem, do transporte e da qualidade do alimento.

O Horta Di Gueto tem uma postura solidária valorizando e fortalecendo os laços humanos tanto na comida quanto na informação. Não visa o lucro, poder ou privilégio, e sim a troca de saberes e experiência do povo para o povo.



Para conhecer e participar das ações entre em contato pelo email : diguetohorta@gmail.com ou pela página no Facebook Horta Di Gueto.